



THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING





ADC 18-2020

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.
Em Recuperação Judicial

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS
PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

31 DE DEZEMBRO DE 2019

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ÍNDICE

Mensagem da Administração e Relatório de Desempenho.....	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	8
Balanço Patrimonial.....	12
Demonstração do Resultado do Exercício.....	14
Demonstração do Resultado Abrangente.....	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	17
Demonstração do Valor Adicionado.....	18
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	19

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Dando continuidade no projeto de reestruturação da companhia, o ano de 2019 foi fundamental dentro da reorganização operacional e de capital da Conpel – Cia Nordestina de Papel.

Neste ano foi possível fazer alguns investimentos no parque fabril, os quais proporcionaram resultados relevantes a partir do último trimestre do ano, em comparação aos trimestres anteriores, sendo o mais relevante a alteração na estação térmica (geração de vapor), substituindo o gás natural como combustível pelo vapor gerado através de caldeira a biomassa. Outros investimentos também foram importantes, sendo na sua maioria aplicados na recuperação da unidade de papel, onde nos últimos anos esteve prejudicada pela falta de investimentos, trazendo uma produção muito abaixo da sua capacidade operacional.

Mantendo nossa política de ampliação, buscamos ainda novas fontes de recursos para nossa operação, sendo que estes também garantiram uma redução modesta em custos de produção nos últimos meses do exercício, sendo promissores para continuidade do projeto e na redução de outras despesas da companhia.

Ainda com uma estrutura de capital fragilizada pelos últimos anos, já podemos vislumbrar uma projeção bem mais otimista para 2020, principalmente porque no último bimestre deste ano foi possível incrementar a produção, aumentar as receitas e aplicar novas mudanças na estrutura fabril e comercial, sendo que nossa principais ações foram focadas para aumento de produção, qualidade e reconquista de novos clientes.

Diante desse cenário tivemos um incremento nas vendas de 20,4% em relação ao ano anterior e projetamos um incremento relevante para o próximo exercício, visto que estamos trabalhando fortemente na recuperação do mercado nordestino, avançando ainda para outras regiões do Brasil.

Embora ainda modesto, podemos mencionar que 2019 foi um “divisor de águas” para a companhia e juntamente com essas melhorias, fruto de investimentos, adequações, reestruturação e reorganização, apresentamos ao longo deste Relatório Anual nossas demonstrações contábeis, com relatório de auditores independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Expressamos ainda nosso agradecimento e reconhecimento a todos os que contribuem para o futuro da Conpel, acionistas, clientes, fornecedores, comunidade, governo e, em especial, a cada um dos colaboradores, os quais estão empenhados conosco.

Reforçamos nossa confiança na robustez na companhia e nas oportunidades do país para o próximo ano, alinhadas a melhora da nossa produtividade e crescimento, com a certeza de que estamos evoluindo para atingir nossas projeções e continuar nosso plano de crescimento, sendo este o suporte para nossa recuperação operacional e pilar fundamental para aprovação do nosso plano de Recuperação Judicial, permitindo assim a condução sustentável de todos os nossos negócios.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

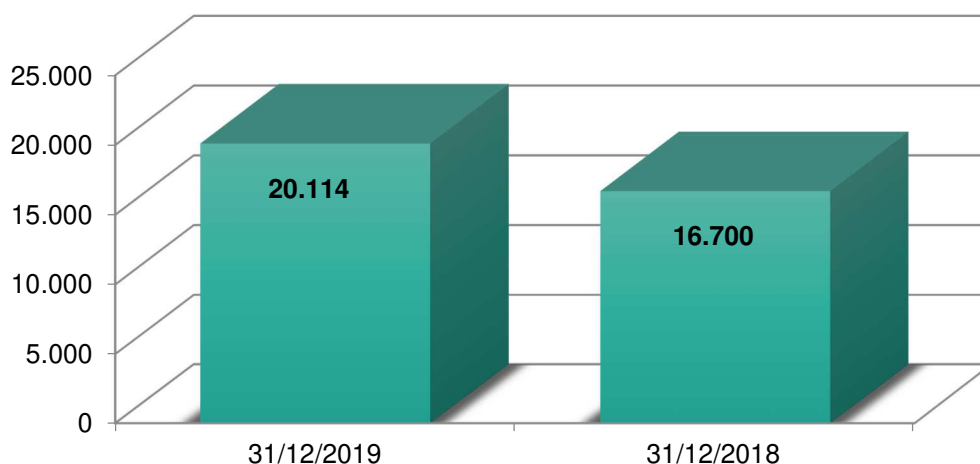
RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

RESULTADO	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Receita Operacional Líquida	20.114		16.700	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(22.918)		(21.207)	
Lucro Bruto	(2.804)	-13,94%	(4.507)	-26,99%
<i>Despesas Operacionais</i>				
Com Vendas	(309)	1,53%	(275)	1,65%
Gerais e Administrativas	(5.261)	26,15%	(3.098)	18,55%
Outras Receitas e Despesas	(804)	4,00%	(61)	0,37%
Lucro antes do Result. Financeiro e Tributos	(9.177)	45,63%	(7.942)	47,56%
<i>Resultado Financeiro</i>				
Receitas Financeiras	3.961	19,69%	(44)	-0,26%
Despesas Financeiras	(8.997)	44,73%	(14.127)	84,59%
Resultado Financeiro Líquido	(5.036)	25,04%	(14.171)	84,86%
Resultado Antes Imp. de Renda Contrib. Social	(14.213)	70,66%	(22.113)	132,41%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	691	3,43%	692	-4,14%
Prejuízo Líquido do Exercício	(13.522)	67,23%	(21.421)	128,27%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou aumento de 20,76% se comparada ao ano anterior, fato atribuído ao aumento do volume de produção e a prospecção e realização de venda para novos clientes.

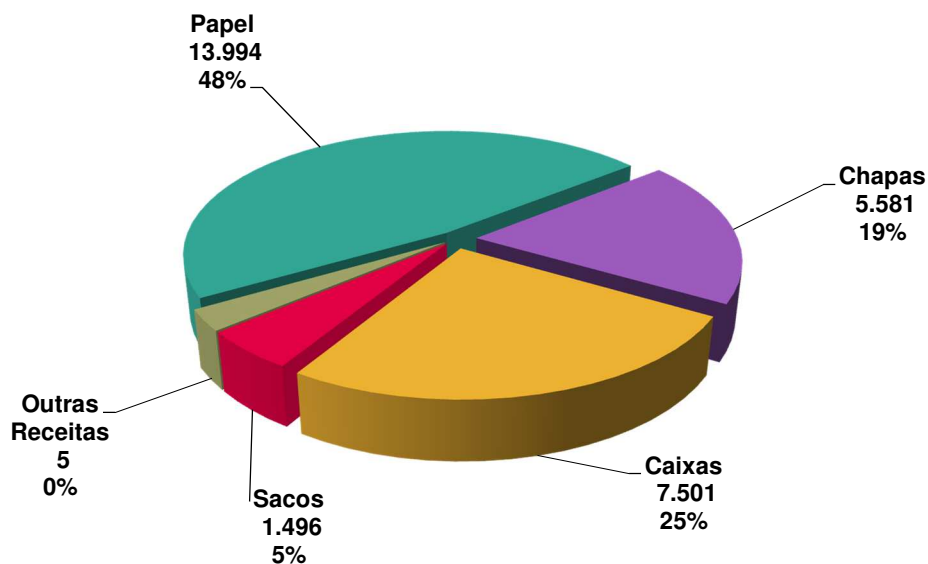


No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta.

31 de Dezembro de 2019

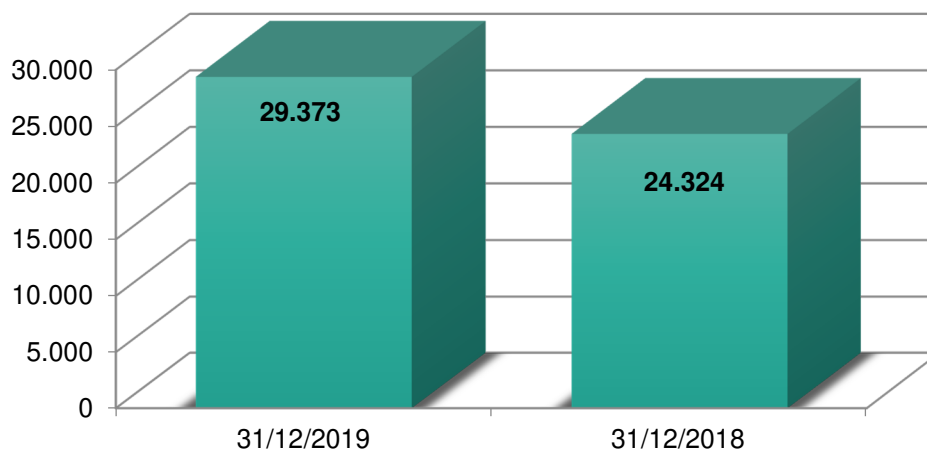
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita Bruta por Segmento (Em Milhares de Reais R\$)



Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida demonstrou aumento de 20,76% em relação a 2018, fato relacionado ao aumento da demanda de nossos produtos.

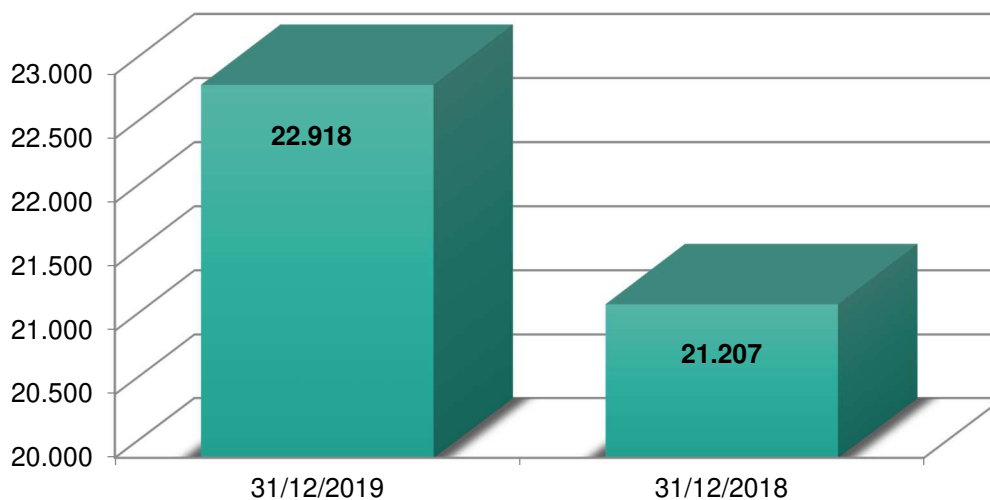


31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Os custos dos produtos vendidos teve um aumento de 2018 para 2019 em 8,07% acompanhando as vendas.



Conde - PB, 31 de Dezembro de 2019.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

Aos
Administradores e Acionistas da
CONPEL – Cia Nordestina de Papel
Conde - PB

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2019, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Não expressamos uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras da CONPEL COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. (*Companhia*), pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 570 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 2016/NBCTA570 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, além de apresentar dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa. Possui alto grau de endividamento tributário, trabalhista e previdenciário, com fornecedores e instituições financeiras, o que gera dificuldades na obtenção de novos financiamentos. As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 demonstram agravamento da situação em relação ao exercício anterior, ao evidenciar queda significativa no Faturamento.

A Companhia apresenta passivo descoberto no montante de **R\$ 206.987** em 31 de dezembro de 2019 (**R\$ 193.464 mil** em 31 de dezembro de 2018). Ainda em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui registrado o montante de **R\$ 18.944 mil** de contas a receber de clientes, dos quais **R\$ 10.443 mil** foram provisionados como títulos de liquidação duvidosa, visto que se encontram pendentes de liquidação a longa data. Na mesma data, a Companhia apresenta passivo circulante no montante de **R\$ 243.971 mil**, **R\$ 228.047 mil** superior ao seu ativo circulante. Do total do passivo circulante, **R\$ 181.052 mil (74%)**, referem-se a débitos tributários, compostos por obrigações que já foram objeto de parcelamentos e obrigações correntes não liquidadas. Tais situações remetem a elevado grau de incerteza quanto à capacidade da Companhia de em dar continuidade as suas atividades operacionais.

A Companhia está em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441).

As demonstrações financeiras e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de opinião”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essa demonstração financeira.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

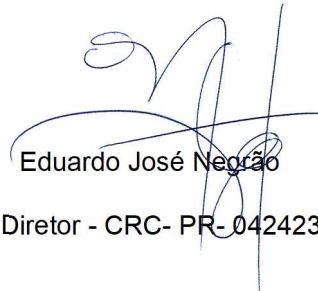
Curitiba, 26 de março de 2020.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Claudio Silva Foch

Sócio Diretor - CRC- RJ- 102.455/O-4 S-PR



Eduardo José Neirão

Sócio Diretor - CRC- PR- 042423/O-6

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	16	1
Contas a Receber de Clientes	7	8.501	1.250
Estoques	8	1.174	952
Adiantamento a Fornecedores	9	1.950	1.039
Impostos a Recuperar	10	4.284	663
Outros Créditos	11	-	-
Despesas do Exercício Seguinte		-	-
Total do Ativo Circulante		15.924	3.905
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	3	2
Empresas Ligadas	12	903	903
Outros Créditos	11	880	900
Total do Realizável a Longo Prazo		1.787	1.805
Imobilizado	13	62.852	53.214
Total do Ativo Não-Circulante		64.639	55.019
TOTAL DO ATIVO		80.563	58.924

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	18.268	13.402
Empréstimos e Financiamentos	16	2.320	1.226
Obrigações Sociais	17	36.745	33.348
Obrigações Tributárias	18	181.052	170.420
Adiantamento de Clientes	19	4.316	1.387
Outras Obrigações		1.269	278
Total do Passivo Circulante		243.971	220.061
NÃO-CIRCULANTE			
Fornecedores	15	10.800	-
Empresas Ligadas	12	14.365	13.221
Impostos Diferidos	20	18.414	19.105
Total do Passivo Não-Circulante		43.579	32.326
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	22		
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		31.690	32.777
Prejuízos Acumulados		(261.015)	(248.578)
Total do Patrimônio Líquido		(206.987)	(193.463)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		80.563	58.924

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Líquida	23	20.114	16.700
(-) Custos do Produtos Vendidos		(22.918)	(21.207)
Lucro Bruto		(2.804)	(4.507)
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	24	(309)	(275)
Gerais e Administrativas	25	(5.261)	(3.099)
Outras Receitas e Despesas	26	(804)	(61)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(9.177)	(7.942)
<i>Resultado Financeiro</i>	27		
Receitas Financeiras		3.961	(44)
Despesas Financeiras		(8.997)	(14.127)
Resultado Financeiro Líquido		(5.036)	(14.171)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(14.213)	(22.113)
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas		691	692
Resultado Líquido do Exercício		(13.522)	(21.421)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:		(0,75)	(1,18)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31
DE DEZEMBRO DE 2018**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(13.522)	(21.421)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(13.522)</u>	<u>(21.421)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2017	22.338	(228.249)	33.869	(172.042)
Resultado do Período	-	(21.421)	-	(21.421)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	1.092	(1.092)	-
Em 31 de Dezembro de 2018	22.338	(248.578)	32.777	(193.463)
Resultado do Período	-	(1.659)	-	(1.659)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 31 de Março de 2019	22.338	(249.964)	32.504	(195.122)
Resultado do Período	-	(4.834)	-	(4.834)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	271	(271)	-
Em 30 de Junho de 2019	22.338	(254.527)	32.233	(199.956)
Resultado do Período	-	(2.986)	-	(2.986)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	270	(270)	-
Em 30 de setembro de 2019	22.338	(257.243)	31.963	(202.942)
Resultado do Período	-	(4.045)	-	(4.045)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	273	(273)	-
Em 31 de Dezembro de 2019	22.338	(261.015)	31.690	(206.987)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2018**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(13.522)	(21.421)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	2.619	2.583
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	1.387	27
Juros Provisionados	-	(0)
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(691)	(692)
Recuperação de Despesas	-	-
Perdas Não Operacionais no Estoque	-	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(10.207)	(19.503)
Clientes	(8.638)	714
Estoques	(222)	(279)
Impostos a Recuperar	(3.622)	(59)
Despesas do Exercício Seguinte	0	-
Outros Créditos	(891)	(26)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(13.373)	350
Fornecedores	15.666	852
Obrigações Sociais e Tributárias	14.030	18.167
Adiantamento de Clientes	2.928	761
Outras Obrigações	992	(156)
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	33.617	19.624
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	10.036	471
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(12.257)	(66)
Baixa Imobilizado	-	-
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	1.143	1.062
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(11.114)	996
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	3.413	6.359
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(2.320)	(7.993)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	1.093	(1.634)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15	(167)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1	168
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	16	1

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2018**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	27.590	23.060
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	691	692
Venda de Ativo Imobilizado	-	-
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(1.387)	(27)
Provisão (Reversão) p/ Impairment	-	-
Perdas Não operacionais	-	40
Perdas Não operacionais no Estoque	-	-
Incentivos Fiscais Recebidos	326	50
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(7.152)	(12.128)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(10.702)	(3.657)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>9.623</u>	<u>7.907</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	<u>(2.619)</u>	<u>(2.583)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>7.004</u>	<u>5.325</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA		
Receitas Financeiras	3.961	(44)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	<u>10.965</u>	<u>5.281</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>10.966</u>	<u>5.281</u>
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	5.021	3.944
Benefícios	862	881
FGTS	420	618
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
Federais	5.379	4.315
Estaduais	3.665	2.769
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	8.997	14.127
Aluguéis	145	48
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do Exercício	<u>(13.522)</u>	<u>(21.421)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2531000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Durante o exercício de 2019 a Companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da Companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 foram laboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) **Passivos financeiros**

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de Dezembro de 2019, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

a) **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.7 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.9 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

(i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- (iii) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

3 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.1.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) **Risco de Crédito**

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes. A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa

3.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de Dezembro de 2019 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

ATIVOS FINANCEIROS	31/12/2019	31/12/2018
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	16	1
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	8.501	1.250
Depósitos Judiciais	881	900
Total Ativos Financeiros	9.398	2.151
PASSIVOS FINANCEIROS		
Outros Passivos Financeiros		
Fornecedores	18.268	13.402
Empréstimos e Financiamentos	2.320	1.226
Total passivo Financeiro	20.588	14.628

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos Conta Movimento	16	1
Total de Caixa e Equivalentes	16	1

7 CONTAS A RECEBER

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a Receber de Clientes	18.944	10.671
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(10.443)	(9.421)
Total de Contas a Receber	8.501	1.250

Aging List das contas a receber de clientes

Vencidos	16.979	10.389
A vencer em até 3 meses	1.965	282
A vencer entre 3 e 6 meses	-	-
Total	18.944	10.671

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

8 ESTOQUES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Produtos acabados	562	457
Matérias primas	541	120
Materiais Secundarios	89	21
Outros materiais	97	57
Operações com Terceiros	(1.028)	(336)
Material recebido para industrialização	913	633
Total de Estoques	1.174	952

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2019 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
KELTON DA SILVA PONTES	87	87
N. VALENCIO & OLIVEIRA LTDA	36	11
REAL CONSULTORIA E SOLUÇÕES LTDA-ME	96	4
ALBUQUERQUE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA - EPP	43	43
CLÁUDIA MARIA SANTOS DE VASCONCELOS	222	-
Outros Fornecedores	1.466	894
Total de Adiantamentos a Fornecedores	1.950	1.039

10 IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	30	29
ICMS a Recuperar	-	334
ICMS sobre ativo imobilizado	8	9
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	291	291
Créditos Extemporâneos Federais	3.954	-
Impostos a Recuperar Circulante	4.283	663
Icms sobre ativo imobilizado	3	2
Impostos a Recuperar Não Circulante	3	2

11 OUTROS CRÉDITOS

	<u>Dez/2019</u>	<u>Dez/2018</u>
Outros Creditos	-	-
Total Circulante	-	-
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	880	900
Total não Circulante	880	900

12 PARTES RELACIONADAS

ATIVO	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Mútuo		
EKN Administração e Participações	903	903
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	-	-
Antonio de Pauli	-	-
Total Ativo não Circulante	903	903

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO

Mútuo

Cocelpa Cia de Celulose e Papel	2.311	1.223
Compet Agro Florestal	2.598	2.598
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	1.122	1.066
Antonio de Pauli	8.334	8.334
Total Passivo não Circulante	14.365	13.221

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

13 IMOBILIZADO

	Imobilizado em andamento							Total	
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Outros		
Média Taxas de Depreciação		4,00%	5,22%	8,97%	6,89%		9,54%		
Saldo Inicial	6.532	8.164	39.347	77	242	-	88	1.261	55.710
Adições	-	-	-	-	-	-	66	-	66
Depreciação	-	(199)	(425)	(9)	(10)	-	(6)	-	(649)
Baixa Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final									
Em 31 Dezembro de 2018									
Custo	7.002	19.912	73.367	4.386	727	31	570	-	105.995
Deprec. Acumulada	-	(11.791)	(32.275)	(4.304)	(495)	(31)	(420)	-	(49.316)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	6.532	7.368	37.657	48	206	-	141	1.261	53.214
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	12.240	15	-	-	-	3	-	12.257
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(875)	(1.666)	(20)	(37)	-	(21)	-	(2.619)
Baixa Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	6.532	18.733	36.006	28	169	-	123	1.261	62.852
Em 31 Dezembro de 2019									
Custo	7.002	32.151	73.380	4.386	728	31	574	-	118.252
Deprec. Acumulada	-	(12.665)	(33.939)	(4.324)	(533)	(31)	(442)	-	(51.934)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	6.532	18.733	36.006	28	169	-	123	1.261	62.852

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

Em Setembro de 2019 a companhia fechou um contrato junto a empresa MGX Comércio de Geradores e Papel – Eireli, inscrita no CNPJ nº 81.261.216/0001-02, no qual consiste em uma locação de Caldeira de modelo, VL 15 de fabricação 2009, capacidade de 15.000 Kg/h, pressão 13,5 Kg/cm², sendo todos os custos de montagem e manutenção preventiva, corretiva por conta da locadora e o custo total desse contrato será de R\$ 12.240.000,00, com pagamentos na seguinte condição, os 12 primeiros meses, posterior o eficaz funcionamento da caldeira no valor de R\$ 120.000,00 e mais 108 parcelas de R\$ 100.000,00, (atualizado anualmente pelo IGPM), considerando que esse bem será transferida a propriedade em definitivo para companhia até então locatária, já constando esse ativo no imobilizado a partir de 30/09/2019.

14 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como impairment, a Companhia procedeu aos testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis,

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (Impairment) no exercício de 2017.

15 FORNECEDORES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	29.068	13.402
Total de Contas a Pagar	29.068	13.402

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a Pagar a Fornecedores LP	10.800	-
Total de Contas a Pagar	10.800	-

Aging List das Contas a Pagar

Vencidos	17.341	13.384
A vencer em até 3 meses	567	18
A vencer entre 3 e 6 meses	360	-
A vencer de 6 meses a 1 ano	10.800	-
Total	29.068	13.402

O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar, além do investimento feito na Caldeira Térmica que ocorreu em setembro desse ano, aumentando consideravelmente o valor a pagar a Fornecedores.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Financiamentos	405	405
Empréstimos de Fornecedores	-	-
Duplicatas Descontadas	1.915	821
Total Empréstimos e Financiamentos	2.320	1.226

Vencimentos

Em até 6 meses	2.320	1.226
	2.320	1.226

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

a) Indexadores:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por Indexação

Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

Devido à dificuldade que capital de giro que ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Salários a Pagar	3.725	3.163
INSS	18.799	16.880
FGTS	2.641	2.262
IRRF Funcionários	3.078	2.753
Provisões e Encargos	1.318	851
Provisão Indenizações	6.192	6.448
Parcelamentos Previdenciários	790	790
Contribuição Sindical	202	201
Total	36.745	33.348

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante		31/12/2019	31/12/2018
ICMS	(i)	144	31
PIS	(ii)	6.574	6.113
COFINS	(ii)	31.648	29.489
IPI	(ii)	110.842	105.208
INSS S/ FATURAMENTO	(ii)	5.220	4.936
IRRF		6	34
IRPJ		969	945
CSLL		569	556
Multas Infrações CLT		1.104	453
ISS		36	34
INSS Retido Fonte		40	39
PIS/COFINS/CSLL		339	291
ICMS Diferencial de Aliquota		121	45
ICMS Divida Ativa		23.440	22.246
Total Circulante		181.052	170.420
Não Circulante			
Total não Circulante		-	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) No período de janeiro a dezembro de 2019 a companhia não se beneficiou do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.
- (ii) Com relação aos tributos diretos e indiretos federais e os demais tributos em aberto estão sendo atualizados de acordo com o índice de multa e juros estipulado de acordo com RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata.

19 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cientes Diversos	4.316	1.387
Total	4.316	1.387

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Industria De Embalagens Mb Ltda	407	151
Samuel Junior de Souza	74	110
Ivone da Silva Gomes	-	59
Vaspel Ind e Com De Papeis Ltda	-	170
Janaina Aparecida Aarques Diniz	26	120
Pescados Fish Ltda	21	28
Outros	3.788	749
Total	4.316	1.387

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo Atribuído	48.016	49.662
Vida Útil	6.145	6.529
IRPJ Diferido (25%)	13.540	14.048
CSLL Diferida (9%)	4.874	5.057
Total	18.414	19.105

21 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração de Conselheiros	-	-
Remuneração de Diretores	33	33
Total	33	33

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo Exercício Anteriores	(248.578)	(228.121)
Prejuízo do Período	(12.437)	(21.549)
Realização Custo Atribuído	-	1.092
Prejuízos Acumulados	(261.015)	(248.578)
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	31.690	32.777
Total do Patrimônio Líquido	(206.987)	(193.463)

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Espécie/Classe</u>	<u>Qtd</u>	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Votante</u>
EKN - Embalag. Kraft NE Ltda.	Ações ordinárias	17.377.638	21.420.235	95,89%
Outros minoritários	Ações ordinárias	744.461	918.106	4,11%
Total		18.122.099	22.338.341	100%

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Papel Kraft	13.994	11.978
Chapa de papelão	5.581	6.394
Caixas	7.501	5.273
Sacos	1.496	658
Outras Receitas	802	21
Total Mercado Interno	29.374	24.324
(-) Impostos sobre Vendas	(7.476)	(6.360)
(-) Devoluções e Abatimentos	(1.784)	(1.264)
Receita Líquida	20.114	16.700

24 DESPESAS COM VENDAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fretes	(273)	(224)
Comissões	(36)	(20)
Gastos Gerais	-	(31)
Total	(309)	(275)

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(2.548)	(2.247)
Serviços, Aluguéis	(221)	(157)
Energia, Água e Comunicações	(2.095)	(408)
Materiais de Consumo	(235)	(119)
Impostos Taxas e Contribuições	(22)	(3)
Gastos Gerais	(140)	(165)
Total	(5.261)	(3.099)

26 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	326	50
Outras Receitas	-	40
Total Outras Receitas	326	90
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	(1.387)	(27)
Prov. Contingencia	257	(122)
Outras Despesas	-	(2)
Total Outras Despesas	(1.130)	(151)
Total	(804)	(61)

27 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros Mora Ativos	3.957	2
Descontos Obtidos	2	-
Outros Juros Ativos	2	(46)
Total Receitas Financeiras	3.961	(44)
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(391)	(341)
Juros Mora Passivos	(264)	3
Juros s/ de Tributo	(401)	(23.625)
Multas s/ de Tributo	-	(185)
Juros Tributos Parcelados	(7.877)	10.089
Descontos Concedidos	(7)	7
Despesas Bancarias	(56)	(75)
Outras Despesas Financeiras	(1)	-
Total Despesas Financeiras	(8.997)	(14.127)
Total Resultado Financeiro Líquido	(5.036)	(14.171)

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	31/12/2019	31/12/2018
Natureza		
Depreciação e Amortização	(2.619)	(1.583)
Despesas com Pessoal	(6.302)	(5.444)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(7.152)	(12.128)
Serviços de Terceiros	(10.702)	(3.657)
Outras Despesas Operacionais	(2.517)	(1.829)
Total	(29.292)	(24.641)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(22.918)	(21.207)
Despesas com Vendas	(309)	(275)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.261)	(3.098)
Outras Despesas Operacionais	(804)	(61)
Total	(29.292)	(24.641)

29 LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

LAJIDA (EBITDA)	31/12/2019	31/12/2018
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(13.522)	(21.421)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(691)	(692)
(+) Despesas Financeiras	8.997	14.127
(-) Receitas Financeiras	(3.961)	44
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE	(9.177)	(7.942)
(+) Depreciação e Amortização	2.619	2.583
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE	(6.558)	(5.359)
RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	(6.558)	(5.359)

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Frente a essa pandemia do novo “*Coronavírus (COVID-19)*” à companhia até a presente data não sentiu impacto relevante na operação, contudo foram adotadas algumas estratégias, para ajudar no combate de propagação, como em superar esse momento de incertezas do mercado, trazidas pelo contágio do *Coronavírus*.

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Colaboradores e precauções na companhia:

- Elaboramos um manual de orientação e cuidados básicos, bem como introduzimos no DDS diário esse assunto massivamente.
 - i. Reuniões de DDS ao ar livre para evitar contágio;
- Aumentamos os pontos de Álcool em gel nas fábricas e escritórios, bem como reforçamos os cuidados com limpeza;
- Criamos horários diferenciados de refeição, evitando aglomerações de pessoas nos refeitórios;
- Atendendo as orientações médicas, tomamos a decisão de dispensar todos os colaboradores com idade acima de 60 anos, orientando que permaneçam em suas residências até que seja estabilizado o contágio, retornando ao trabalho quando contactado, sem nenhuma perda salarial.
- Os aprendizes, estagiários e gestantes foram dispensados a partir de 20/03, retornando em abril. Mesmo não sendo grupo de risco, achamos por bem mantê-los em casa em função dos deslocamentos.
- Home Office: Somente para setores administrativos, quando os trabalhos possam ser executados de casa.
- Foram canceladas todas as visitas de terceiros nas fábricas, sejam clientes, representantes, bancos, fornecedores ou demais parceiros até final do mês de março.
- Restringimos a entradas de veículos, com exceção para descarga de materiais e suprimentos para a fábrica, assim como a saída de produtos acabados, porém sempre mantendo as regras recomendadas para evitar contato e contágio, determinando ainda que todos os motoristas sejam orientados e realizar uma prévia higienização na portaria antes de entrar nas fábricas, deixando a portaria encarregada desta orientação.

Na operação e continuidade:

- Riscos que estamos enfrentando e medindo, por ordem de prioridade e atenção:
 - ii. Operacional: Risco de uma determinação de parada geral por alguns dias. Isso realmente comprometeria muito as empresas.
 - iii. Financeiro: Muita restrição ao crédito e nem mesmo operações normais (com bons sacados) estão sendo realizadas neste momento, comprometendo bastante o nosso fluxo de caixa, inclusive já começamos a ter um risco maior se essa condição não melhorar.
- Para reduzir esse risco alteramos a carteira para clientes com pagamento a vista ou que tem diretamente com eles uma operação nos modelos de “risco sacado”, contudo são poucos que estão fazendo isso, destacando que na Conpel não temos esse problema por enquanto, pois a grande maioria das operações são “a vista” e os maiores clientes mantém a operação citada anteriormente.
- Suprimentos: Alguns fornecedores pediram reservas de produtos, principalmente os químicos. Como já conseguimos reservar dentro das condições estabelecidas não vemos risco maior de desabastecimento, pelo menos até este momento;

31 de Dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Comercial: Não sentimos nenhuma restrição comercial ainda, com poucos pedidos de cancelamentos/prorrogações de pedidos, mas devemos ter uma pequena queda nos próximos meses, especificamente em embalagens. Para suprir isso estamos nos apoiando nas exportações e venda de papel nas duas unidades, caso necessário, destacando ainda que vimos uma demanda maior no segmento de embalagens para alimentos nestes últimos dias.

Projeções:

- Não alteramos nenhuma projeção até agora e acreditamos que, não havendo uma parada obrigatória, vamos continuar na mesma expectativa de resultados;
- Dependendo do tempo que vamos levar para sanar essa “pandemia”, acreditamos que há uma boa chance de crescermos em preço e mercado nos próximos meses, pois é bem provável que a demanda do nosso segmento cresça, visto que esse momento pode influenciar na mudança de alguns hábitos das pessoas (ex. delivery), tendo mais consumo de papel e embalagens. Vamos avaliar.

* * *

Conde (PB), 31 de Dezembro de 2019.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente

Jackson Eduardo Lopes Dias
Diretor Administrativo Financeiro e
Diretor de Relações com Investidores

Aécio Rodrigo Antunes
CRC PR 055734/O-3
Contador